

EXCLUSÃO SOCIAL: VAZIO TEÓRICO OU UM NOVO PARADIGMA DE POBREZA?

Maria Aparecida Nunes dos Santos¹, Josimery Amaro de Melo², Elaine Cristina Gomes do Bonfim³, Sheyla Suely de Souza Silva⁴

¹ Mestranda em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, Rua Diogo Velho, 232, Centro - João Pessoa santosassistentesocial@yahoo.com.br

² Mestranda em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, Rua João Batista Madruga, 68, Mangabeira II, João Pessoa - PB, jhosimery@gmail.com

³ Mestranda em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, Rua João de Brito Lima Moura, 201, Apt 302, Jardim Ester, João Pessoa - PB, elain.ec@hotmail.com

⁴ Professora do Departamento de Serviço Social, Universidade Estadual da Paraíba, Rua Manoel Aires de Queiroz, 82 Malvinas, Campina Grande-PB, sheylasuelyss@ig.com.br

Resumo: A produção e a reprodução das condições objetivas de destituição dos meios de sobrevivência, da marginalização do usufruto das riquezas socialmente produzida e da desproteção de direitos de cidadania no modo de produção capitalista, constitui um tema de interesse nas diversas áreas do conhecimento. Nessa perspectiva, o presente artigo - resultado de uma investigação teórica concomitante à múltiplas discussões travadas em sala de aula na disciplina Pobreza, Desigualdade Social e Estratégias de Inclusão, do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba - propõe-se a discutir a problemática da exclusão social à luz de alguns teóricos, que embora divergirem sobre esta terminologia, desencadeiam um rol de questões que desafiam a todos a analisar se as transformações societárias contemporâneas configuram ou não um novo paradigma de pobreza.

Palavras-Chave: Exclusão Social; Nova Pobreza; Vazio Teórico.

Área do Conhecimento: IV Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

O lixo é aquilo que de alguma forma, tem um tempo de vida definido, constituindo uma presença que enseja uma desejada ausência (JUNCA, 2001 p. 01). Ou ainda, é um conjunto de resíduos sólidos resultantes das atividades diárias do homem na sociedade e dos animais domésticos (FONSECA, 2001, p. 06).

Algumas definições dadas por alguns estudiosos que já trabalharam nessa linha de pesquisa que tem o lixo como categoria de análise apontam que conceituá-lo não é uma tarefa fácil, visto que esta definição implica a consideração de vários fatores, tais como: número de habitantes, hábitos, costumes da população, nível sócio-econômico, estações do ano, tempo de coleta, poder aquisitivo e nível educacional. O que muitas vezes é tido como lixo para uns é luxo para outros (LIRA, 2001).

Os estudos realizados acerca da referida temática o abordam freqüentemente numa perspectiva ambiental. Sua administração é entendida como sinônimo de vida humana civilizada, organizada e moderna. Entretanto, sabemos que existem centenas de milhares de pessoas que estão longe de ser agentes ambientais, pois buscam sua sobrevivência no lixo urbano. Nessa perspectiva, tais estudos, predominantemente, não tratam destas populações que vivem e sobrevivem no submundo do lixo. Mais de que uma questão ambiental o lixo vêm se tornando uma questão

social, pois à medida que se amontoam os lixões, a sociedade passa a produzir mais descartáveis, mais contingentes humanos que muitas vezes são vistos como “desnecessários” e “esporádicos” para o mercado.

Atualmente no Brasil existem cerca de 75 mil pessoas catando lixo nos lixões, em um universo de 3800 municípios (LIRA, 2004). Estes dados revelam o número alarmante de pessoas que catando lixo complementam sua renda ou dela adquirem a renda total.

Foi nesse sentido que durante nosso estágio supervisionado em Serviço Social no bairro do Pedregal no município de Campina Grande, chamou-nos atenção o contingente de pessoas de ambos os sexos, adultos e crianças que transitavam no bairro com carrinhos ou carroças cheios de lixo.

Inquietou-nos este “viver diário” destes sobreviventes do lixo. Instigou-nos conhecer quem são estes [...] “seres estranhos, envoltos em trapos sujos [...] mergulhados entre latas, papéis sujos frutas podres, vasculhando as sobras, aquilo que os outros não queriam mais e jogaram fora [...] soldados da fome, da miséria e do desemprego” (BODINAUX, 1994, p.20 *Apud* BRITO, 2001, p. 120).

Metodologia

O aparato metodológico utilizado para a construção do presente estudo encontra-se parametrado pela pesquisa bibliográfica e pelo

método crítico dialético. Ou seja, trata-se de uma investigação teórica em material já publicado, acerca da problemática da exclusão social, encontrada nas diversas fontes informacionais – livros, periódicos, revistas – tanto analógicas quanto digitais.

A matriz teórico-metodológica supracitada permitiu-nos uma interpretação do fenômeno da “exclusão” a partir da sua relação intrínseca com os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais postos na produção e reprodução da dinâmica societária.

Resultados

O modismo da terminologia “exclusão social” propagado, sobretudo pela literatura francesa, emergiu no cenário sócio-político e econômico da década de 1970, período caracterizado por mais uma crise cíclica do capital e pelo rompimento com o pacto dos anos de crescimento, sustentado pelo pleno emprego keynesiano-fordista e pelo desenho social-democrata das políticas sociais (BERHING, 2006). E, por conseguinte, pelo avanço dos ideais neoliberais de crítica aos diversos modelos de *welfare state*, mormente aqueles regidos por políticas sociais de caráter universal e redistributivo, que geraram impacto na estrutura das desigualdades sociais, e de algum modo conseguiram “incluir” uma significativa parcela da população nos circuitos produtivos dos países centrais.

Assim, as discussões em torno da “exclusão” têm como um de seus sustentáculos a referida crise capitalista – diminuição das taxas de lucro, elevados índices de desemprego e aumento da demanda por políticas sociais – bem como o declínio do Estado Social nos ditos países desenvolvidos.

Conforme Castel (2000), um dos mais conceituados estudiosos da temática no cenário francês, a propagação do surgimento de uma “nova” exclusão social encontra-se vinculada a uma retomada da vulnerabilidade de massa ocasionada pelo fenômeno da reestruturação produtiva. Ou seja, as mutações ocorridas no mundo do trabalho com a revolução tecnológica e organizacional da produção, favoreceram a redução dos postos de trabalho, a expulsão de trabalhadores dos circuitos produtivos e a eclosão de um “exército informacional”, muitas vezes com elevada qualificação, porém sujeitos a contratos precários sem nenhuma proteção trabalhista.

Assim, para o autor, que prefere o termo desafiliação à exclusão, a problemática da precarização do trabalho originada pelos rumos atuais do capital é, ainda, mais grave que o desemprego, pois é ela que o alimenta e que faz com essa situação do trabalho, tornando-se cada

vez mais frágil force as pessoas a se encontrarem numa condição de vulnerabilidade.

Entretanto, é válido salientar que a terminologia abarca algumas armadilhas parametradas por uma visão reducionista e isolada do processo de exclusão e de seus condicionantes históricos, econômicos, culturais, políticos e sociais. Daí que “falar em exclusão é rotular com uma qualificação negativa que designa a falta, sem dizer no que ela consiste, nem de onde ele provém” (CASTEL, 2000 p. 21).

Também para Fleury (2005), que alerta para a distinção analítica entre pobreza (fenômeno sócio-econômico) e exclusão (processo sócio-cultural), tal fenômeno no cenário dos países latino-americanos abarca questões que precisam ser contextualizadas para seu possível enfrentamento, haja vista que embora a exclusão nestes países tenha um forte conteúdo econômico, não é possível combatê-la sem a redistribuição de riqueza. No entanto, seu enfrentamento não se reduz a dimensão econômica, já que esta apesar de ser a dimensão fundamental, não existe isolada do contexto sócio-cultural que a legitima e reproduz.

Isso implica afirmar que produções que privilegiem somente um dos referidos aspectos tendem a imprimir um “vazio teórico” como menciona Demo (2002).

Um dos aspectos agravantes desta inconsistência teórica refere-se a delimitação sócio-territorial das zonas de pobreza, como alerta Castel (2000, p. 23), pois mesmo que os “excluídos” povoem a zona mais periférica, caracterizada pela perda do trabalho e pelo isolamento social, o ponto essencial a destacar é que hoje é impossível traçar fronteiras nítidas entre essas zonas. Sujeitos integrados tornam vulneráveis, particularmente em razão da precarização das relações de trabalho e as vulnerabilidades oscilam cotidianamente para aquilo que chamamos de “exclusão”.

Mesmo diante desta improbidade teórica de periferização dos “excluídos” o termo vem ganhando visibilidade e consenso entre os defensores da agenda neoliberal e formuladores de políticas compensatórias, residualistas. Com isso, tem-se um retorno ao planejamento clássico das ações sociais pautada na focalização dos contingentes mais vulneráveis da população, no sentido de que “é mais fácil e realista intervir sobre os efeitos de um disfuncionamento social que controlar os processos que ocasionam” (CASTEL, 2000 p. 32).

É nessa perspectiva que os Programas RMI - Benefício em dinheiro destinado aos franceses maiores de 25 anos, que em virtude do seu estado físico ou mental, ou da sua situação econômica, se encontram impossibilitados para a vida laboral. , bem como o Bolsa Família -

programa de transferência direta de renda com condicionalidades que beneficia famílias pobres (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) – tendem a funcionar como um balão de oxigênio para a sobrevivência social (FALEIROS, 1997), pois apesar de garantir, respectivamente, a sobrevivência de milhões de franceses e brasileiros, não têm possibilitado a emancipação plena dos seus usuários.

Partindo do pressuposto de que é uma tarefa utopista imaginar que o capitalismo possa assistir á todos os pobres e “incluir-los” com parâmetros aceitáveis de justiça social, Demo (2002), em seu embasamento crítico, aponta que a visualização da “exclusão” como um novo paradigma de pobreza, tem suas bases no rompimento do padrão de proteção social experimentado por alguns países europeus. Ou seja, ao tomar o fenômeno do *welfare state* como parâmetro absoluto na discussão tudo que surge depois dos “30 anos gloriosos” é considerado um novo tipo de pobreza.

Tal posicionamento pressupõe que, aqueles países que tentaram redistribuir parcialmente a riqueza acumulada do capital e efetivar direitos de cidadania mediante a formulação políticas sociais universais, teriam eliminado com a pobreza, elemento estrutural e inerente ao modo de produção capitalista.

Outro ponto levantado por autores que mencionam a “exclusão” como um fenômeno novo refere-se ao fato de que os “excluídos” não teriam nenhuma utilidade social, ou funcionalidade para o sistema. Paugam *apud* Demo (2002) ao tentar distinguir três níveis de pobreza, menciona que a pobreza desqualificante, diferentemente da integrada e marginal representaria a exclusão social propriamente dita, por abarcar pobres cada vez mais pobres sem nenhuma utilidade social aliados da esfera produtiva e dependentes de instituições sociais. Também para Lenoir *apud* Demo (2002), os “excluídos” são categorias incapazes de reivindicação social, por representar uma espécie de “não-forças” sociais.

Conforme Demo (2002) tais estudos demonstram magros resultados teóricos. Primeiro porque o aumento dos excluídos de estratos superiores revela que não trata apenas de segmentos disfuncionais. E segundo porque a dificuldade ou a impossibilidade de se inserir não faz do “excluído” um elemento disfuncional ao capital, seja porque o “descarte pode ser útil ao sistema, pelo menos no que se refere a redução de custos financeiros das políticas sociais”, seja porque, sobre um ângulo dialético, há sempre uma possibilidade de reação histórica”.

Martins (2002) também comunga com a idéia de que, a rotulação dos “excluídos” como seres descartáveis ou inúteis é uma armadilha

que conforma o processo sempre ativo da alienação do modo de produção capitalista. Tais terminologias ocultam a dupla capturação destes segmentos pelo sistema, seja como consumidor - meio de afirmação social e pseudoinclusão - quer seja como portadores de protestos sociais conformistas que não comprometem a reprodução do capital, tampouco problematizam suas contradições.

Sob esse ângulo, a categoria “exclusão” expressa muito mais um vazio teórico do que um novo paradigma de pobreza, pois ao tentar explicar os problemas da sociedade contemporânea, no processo de produção e reprodução das relações sociais, revela o supérfluo e oculta o essencial, no sentido de que “há processos sociais excludentes, mas não há exclusões consumadas, definitivas, irremediáveis. Uma sociedade cujo núcleo é a acumulação de capital e cuja contrapartida é a privação social e cultural tende a empurrar “para fora”, a excluir, mas ao mesmo tempo o faz para incluir ainda que de forma degradada, ainda que em condições sociais adversas. Martins” (2002, p. 46).

A análise crítica do autor revela que a idéia de “exclusão” pressupõe uma visão estática da realidade, uma situação definitiva, além de endossar a idéia de que os incluídos, ou integrados no mercado de trabalho contaria com uma invejável proteção trabalhista. E neste sentido, acrescenta ser esta, uma expressão ideológica de caráter conservador que visualiza os excluídos como “sujeitos a-históricos sem destino”, haja vista que assim com os miseráveis da teoria clássica (*lupem* e desempregados), tais sujeitos não têm condições de intervir ativamente na dinâmica social, pois encontram-se excluídos do núcleo de criação da riqueza socialmente produzida. Logo, não podem ser protagonistas das possibilidades de transformação da sociedade.

Tal situação tem suporte na adoção de uma perspectiva durkeyminiana marcadamente funcionalista, para explicação dos problemas sociais, em detrimento á referência das desigualdades sociais nas análises do termo exclusão social.

Por outro lado, é mister reconhecer que o problema da desigualdade não explica tudo. Porém, é impossível falar de exclusão sem o recurso do conflito social, da conotação política envolto deste fenômeno. Basta registrar que, embora, a desagregação dos valores familiares não advenham apenas da desigualdade, até porque acomete também famílias de estratos sociais mais altos, não é difícil perceber que tal “desagregação pode se tornar muito mais dramática nas periferias, exacerbando o já complicado projeto de sobrevivência familiar” (DEMO 2002, p. 33).

Discussão

Diante dos elementos supracitados, cabe o seguinte questionamento: o que há realmente de “novo” na discussão da “exclusão”?

Para Demo (2002) o que quer se chamar de nova questão social, ou novo paradigma de pobreza, é muito mais o susto da Europa contemporânea, acostumada com certo bem-estar social para a maioria, ao deparar-se com o falecimento da perspectiva do pleno emprego, ou seja, com o desemprego de longa duração.

Outrossim, cabe frizar que quando apelamos para um novo tipo de pobreza, ainda, segundo o referido autor, a expectativa é de que teria ocorrido mudança radical no sistema, algo difícil de comprovar, já que ainda se trata do mesmo, embora em outra fase, dotada estas de grandes mudanças, as quais implicam reconhecer situações novas, mas não podem empanar o fato de que saímos do sistema.

Contudo a preocupação com a exclusão não é ilegítima. O que se precisa ter clareza, é que o desemprego de longa duração, a desestruturação familiar, a perda do senso de pertença e, por conseguinte, a miséria das maiorias - condicionado, sobretudo, pela desconstrução e/ou precariedade de direitos de cidadania em face do contexto neoliberal - não representam um fenômeno propriamente novo. Contudo desvela mais uma fase do modo de produção capitalista que escancara suas contradições, alimentadas sempre pelo primado da mercadoria em detrimento à privação de valores humanitários.

Conclusão

O percurso teórico desta produção textual – dado a complexidade do termo exclusão e o emaranhado de conceitos que vem se gestando sobre este fenômeno – teve com foco central demonstrar que a concepção de exclusão social e os ditos “excluídos” não conformam um universo oposto ao “mundo dos incluídos” haja vista que “ninguém, nem mesmo os excluídos existe fora do social” (CASTEL, 2005).

Proclamar esse pensamento como absoluto, significa ocultar a dialeticidade histórica dos fenômenos sociais e suas contradições, bem como fragmentar a realidade sem a devida articulação com a totalidade social. Ou seja, a exclusão é uma forma de inclusão no sistema capitalista e vice-versa.

Embora as mutações do mundo do trabalho ou a crise da sociedade salarial adicionado à desagregação familiar, caracterize um novo momento de curtição da velha exploração capitalista, momento este que nos leva a acreditar que ultrapassamos os limites da

barbárie social, tais elementos não esgotam os condicionantes que levariam os sujeitos ingressar no mundo dos “excluídos” dos “normais inúteis”.

Nessa perspectiva, faz-se necessário, segundo Martins (2002), apreender que de fato não existe exclusão, e sim vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes, concomitante as peculiaridades histórico-culturais de cada país.

Ademais não pode-se olvidar que, por mais boas intenções que se tenha para teorizar sobre as mazelas sociais, todo constructo teórico ou ação social intencionalmente transformadora, em graus variáveis e em diferentes circunstâncias, tanto concorre para a inovação social e a transformação social quanto concorre para a reprodução das relações sociais existentes” (MARTINS, 2002, p. 37).

Referências Bibliográficas

BERHING, Elaine Rosseti; BOCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica do Serviço Social).

DEMO, Pedro. **Charme da exclusão social**. 2 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. (Coleções Polêmicas do Nosso Tempo).

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lúcia; YAZBECK, Maria Carmelita (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. 2 ed. rev. ampl. São Paulo: EDUC, 2000.

_____. **A insegurança social: o que é ser protegido?**. Petrópolis: Vozes, 2005. (Coleção Temas Sociais).

FALEIROS, Vicente. Renda Mínima: uma avaliação. In: SPOSATI, Aldaíza (org.). **Renda mínima e crise mundial: saída ou agravamento?** São Paulo: Cortez, 1997.

FLEURY, Sônia. **A seguridade social e os dilemas da inclusão social**. Revista Administrativa Pública (RAP). Rio de Janeiro. N° 39. Maio/Jun. 2005.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez. Ano XVII. N° 50, Abril, 1996.